

## FAMÍLIA, VULNERABILIDADE E HABITAÇÃO: UMA REFLEXÃO

*Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco*<sup>1</sup>

*Jussara Ayres Bourguignon*<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados preliminares do diagnóstico socioeconômico das famílias usuárias da Secretaria Municipal de Assistência Social de Sengés-PR, enfatizando a questão habitacional e a condição de vulnerabilidade das famílias pesquisadas. Para tanto utilizaremos elementos do diagnóstico municipal de Sengés-Pr através da pesquisa desenvolvida no Núcleo de Estudos e Pesquisas: Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Estadual de Ponta Grossa-Pr. O universo de pesquisa foi delimitado pelas famílias usuárias dos programas sociais desenvolvidos pelo Município de Sengés. Os dados foram obtidos através de instituições oficiais e de entrevistas com roteiro estruturado de questões, sendo que foram entrevistadas 889 famílias com participação voluntária.

**Palavras-chave:** Habitação, vulnerabilidade, família.

### **Abstract**

This article aims to present the preliminary results of the socioeconomic diagnosis of household's users of Social Municipal Assistance of Sengés-PR, emphasizing the habitational question and the condition of vulnerability of families surveyed. To do this, we will use elements of municipal diagnostic from Sengés-Pr through the research developed in the Nucleus of Studies and Research: State, Public Policies and Social practices of the Applied Social Sciences Post Graduation Program in State University of Ponta Grossa-Pr. The research universe was delimited by households that use social programs developed by the municipality of Sengés. The data were obtained through official institutions and interviews with structured questions scripts, and that were interviewed 889 families with voluntary participation.

**Keywords:** Habitation, vulnerability, Family.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Geografia, mestranda no Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - UEPG, bolsista CAPES, pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas: Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais. julianathaisa@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora Doutora em Serviço Social (PUC/SP), docente e coordenadora do Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas e pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas: Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais na Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

## Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados preliminares do diagnóstico socioeconômico das famílias usuárias da Secretaria Municipal de Sengés-PR, bem como compreender a habitação como possibilidade de superação da vulnerabilidade das famílias de Sengés. Para tanto utilizaremos elementos do diagnóstico municipal de Sengés-Pr da pesquisa desenvolvida no Núcleo de Estudos e Pesquisas: Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas: Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais, vinculado ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas promove e articula pesquisas de caráter multidisciplinar das áreas de Direito, Geografia e Serviço Social; produzindo e socializando os conhecimentos desenvolvidos de maneira sistemática. Envolvendo esta perspectiva, por solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Sengés, realiza uma pesquisa de sistematização do perfil das famílias usuárias desta secretaria, a partir de diagnóstico socioeconômico; delimitando a partir desta metodologia, indicativos de vulnerabilidade familiar que auxiliem a equipe gestora da SMAS/ Sengés na avaliação e planejamento de políticas públicas que atendam a esta demanda. (NEPEPPS, Projeto de Pesquisa...2011)

O município de Sengés localiza-se na região dos Campos Gerais na divisa com São Paulo, está a 269 km de Curitiba, capital do Estado do Paraná. Segundo IPARDES<sup>3</sup> (2012) possui população estimada de 18.463 habitantes, dos quais, 1.620 famílias encontram-se em situação de pobreza, totalizando 7.006 pessoas nesta situação, com taxa de pobreza em 32, 72%.

No decorrer das mudanças ocorridas no plano social, econômico e culturais, derivadas do processo de globalização da economia e das inovações tecnológicas observam-se alterações no padrão tradicional de organização e da dinâmica das relações familiares. Deste modo, a concepção de família amplia-se, extrapolando os limites dos laços consanguíneos e a convivência em uma mesma casa.

Para ParaKaloustian e Ferrari:

---

<sup>3</sup> Instituto Paranaense de desenvolvimento econômico e social

A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais. (1994, p.11)

Sendo a família uma construção social, é marcada por experiências de vida e dificuldades enfrentadas. Na família pobre essas dificuldades são acentuadas pelo desemprego, baixa escolaridade e falta de oportunidades; que submetem as famílias a um contexto de vulnerabilidade social e econômica.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social, vulnerabilidades sociais decorrem:

[...] da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outros). (BRASIL, 2009)

A demanda por habitação está presente em todas as classes sociais e a busca pela moradia é inerente à sociedade. A habitação deve ser reconhecida não só pela estrutura, mas pela sua representação social, pois a habitação é um bem caro na sociedade capitalista. E sem as condições básicas de sobrevivência como alimentação e moradia a família se torna excluída socialmente. Deve-se discutir políticas voltadas à inserção das famílias em situação de vulnerabilidade na sociedade, sendo que o Estado aparece como mediador dessa relação.

A cidade é a concretização espacial das lutas e desigualdades de classes, pois o indivíduo está subordinado a viver dentro de suas possibilidades financeiras e as condições em que ele vive dependem do acesso a que esse indivíduo tem com os serviços coletivos: habitação, saúde e transporte, entre outros. Segundo Santos (1987), ser cidadão é ter três tipos de direitos: os políticos individuais, os coletivos e os sociais que “garantiriam ao indivíduo um padrão de vida decente, uma proteção mínima contra a pobreza e a doença, assim como uma participação na herança social” (SANTOS, 1987, p. 12).

## **Metodologia**

Para esse trabalho, o Núcleo Temático em Pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais utiliza como procedimentos a pesquisa documental, a bibliográfica, além do emprego de instrumentos para elaboração do diagnóstico municipal, com a realização de um diagnóstico socioeconômico das famílias atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social – Sengés/Pr. O projeto de pesquisa intitula-se “Estudo das condições sócio-econômicas das famílias usuárias da Secretaria Municipal de Assistência Social de Sengés – Paraná”, com início no primeiro semestre de 2011 e atualmente está em fase de sistematização e análise dos dados empíricos.

A base para o desenvolvimento da pesquisa foi o estudo já desenvolvido pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM) - Diagnóstico Municipal uma metodologia. (Disponível em: [http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/Diagnostico\\_Municipal/diagnostico\\_municipal\\_TR.pdf](http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/Diagnostico_Municipal/diagnostico_municipal_TR.pdf))

O universo de pesquisa foi delimitado pelas famílias usuárias dos programas sociais desenvolvidos pelo Município de Sengés – Pr. Os dados foram obtidos através de instituições oficiais e de entrevistas com roteiros semiestruturados, onde foram entrevistadas 889 famílias com participação voluntária. Os dados foram sistematizados pelo Centro de Estudos Miguel Roger Vargas – UEPG e pelo Núcleo Temático em Pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais.

Foram contempladas as seguintes áreas nos formulários: economia, trabalho, assistência social, educação, saúde, habitação, infraestrutura, esporte e lazer; que serão consolidadas através da análise de conteúdo.

Os resultados obtidos serão divulgados ao município de Sengés para subsidiarem avaliação dos programas sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Vale ressaltar que o projeto e o formulário foram submetidos à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (COEP-UEPG), sendo aprovado, considerando que o público da pesquisa são famílias em condição de vulnerabilidade social.

## Habitação

A moradia é fruto de um longo processo histórico que assume diversas formas. No período Paleolítico o homem buscava locais como a caverna, abrigos fixos onde encontravam segurança. Na Idade Média as concentrações das cidades e de moradias eram em pequenos espaços de produção e de troca. (BRUMES, 2000). Com o passar do tempo as cidades foram se organizando de maneira complexa, estabelecendo uma sociedade de classes, formada entre a dominação e a exploração da população.

Com a Revolução Industrial, houve um grande processo de urbanização, pois com o desenvolvimento da industrialização ocorreu um grande movimento migratório do campo para a cidade buscando melhores condições de vida, isto provocou transformações sociais, econômicas e culturais na sociedade. Conforme Sposito (2000, p.51),

a indústria provoca um impacto sobre o urbano. As cidades, como formas espaciais produzidas socialmente, mudam efetivamente, recebendo reflexos e dando sustentação a essas transformações estruturais que estavam ocorrendo a nível do modo de produção capitalista.

Com o processo de industrialização, com o crescimento das cidades surgem problemas sociais vinculados a questão habitacional, tais como: acelerada aglomeração da população na área urbana, valorização da terra – propriedade privada, necessidade de serviços públicos como: saúde, educação, transporte, infra - estrutura e inadequação das moradias.

Com a urbanização surgem diversas características presentes em uma sociedade dividida em classe, onde quem possui recursos financeiros tem acesso aos bens e serviços, quem vive em situações de pobreza vive com a falta de condições necessárias para viver, morando em locais impróprios como periferias.

Desta forma, com o aumento de favelas, pessoas residindo em áreas irregulares, em casas alugadas ou cedidas se acarretam os problemas habitacionais, surgindo a necessidade de políticas públicas que visem a melhoria desta situação. No Brasil as primeiras ações relativas à habitação foram entre os anos de 1882 e 1885, onde compreendiam dois conteúdos básicos: a saúde pública e as concessões de incentivo. Nos anos de 1889 e 1902, houve o incentivo às empresas para que construíssem Vilas Operárias aliadas à isenção de impostos. (GONÇALVES, 2000).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxe uma nova concepção de direitos sociais, reconhecendo os cidadãos como portadores de direito. Com relação à habitação, a Constituição traz os artigos 182 e 183, os quais tratam da Política Urbana que, após treze anos de discussão, vão ser regulamentados no Estatuto da Cidade. Porém a habitação só foi considerada um direito social a partir de 2000, quando a moradia foi inserida no texto constitucional, alterando a redação do artigo 6º do capítulo II da Constituição Federal, passando a vigorar: “ Artigo 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados na forma desta Constituição”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 2003).

Em 2003, com o governo de Luís Inácio Lula da Silva, objetivando combater as desigualdades sociais, transformar as cidades em espaços mais humanizados e ampliar o acesso da população à moradia, saneamento básico e ao transporte. Para tanto, foi criado o Ministério das Cidades, o qual é composto pelas Secretarias Nacionais de Habitação, Projetos Urbanos, Saneamento Ambiental, Transportes e Mobilidade Urbana. No ano de 2004, entra em vigor a Política Nacional de Habitação, que tem como prioridade o acesso a uma moradia digna para toda a população, sobretudo a população de baixa renda. No seu segundo mandato, sua gestão foi implementado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual visa incentivar mais investimentos no Brasil, através do desenvolvimento de projetos de infraestrutura a partir de três eixos: Infraestrutura Logística, Infraestrutura Energética e Infraestrutura Social Urbana. (PAC, 2008).

Em 2010, foi lançado a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que incorpora mais ações nas áreas social e urbana, os investimentos do PAC estão organizados em seis eixos: transporte; energia; cidade melhor; comunidade cidadã; minha casa, minha vida; água e luz para todos. (PAC, 2010).

Observamos que a Política Habitacional está inserida num contexto de contradições de interesses, se analisarmos a trajetória da política habitacional na sociedade brasileira, analisamos que o desafio para que a população tenha acesso a uma moradia digna é grande, a demanda brasileira que necessita de um local para morar está crescendo a cada dia, bem como o número de pessoas que vivem em situações precárias.

De acordo com o IBGE 2000, a população de baixa renda não tendo recursos necessários pra obter uma moradia no mercado imobiliário legal, busca formas irregulares para obter a mesma. O governo lança programas de financiamento de moradias para acesso a casa própria, porém a população não possui recursos para custear o financiamento e assim obrigam-se a recorrer a formas irregulares de moradias.

Em relação à habitação o município de Sengés possui uma Secretaria de Habitação, mas os cadastros e as políticas desenvolvidas no município são de responsabilidade da Cohapar (Companhia de Habitação do Paraná). Segundo a Cohapar, Sengés possui 1000 famílias cadastradas à espera de uma casa.

### Resultados Alcançados:

Na composição familiar das 889 famílias entrevistadas, há predomínio de famílias nucleares, correspondendo a 60,0% do total; 20,0% são ampliadas e 12,0% das famílias têm a mulher na condição de chefe de domicílio, sendo a participação dos homens nesta mesma condição de 1,8%.

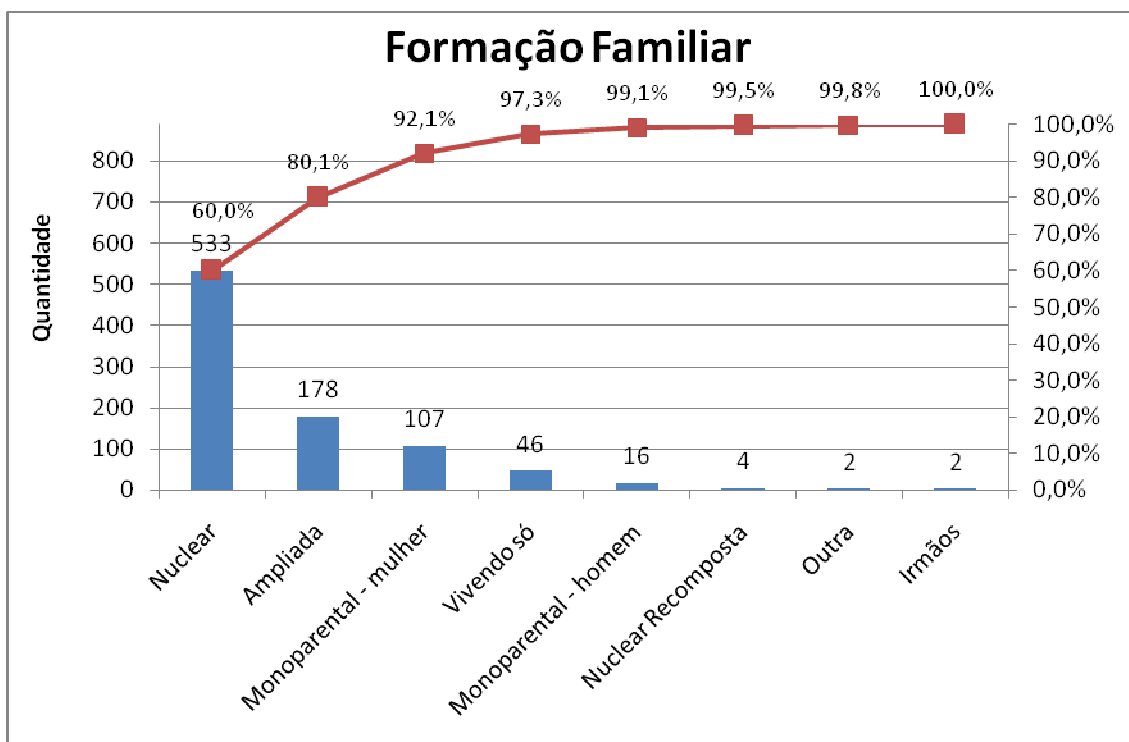


Gráfico 1: Formação Familiar  
 Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias  
 Organização: NEPEPPS

Um indicador significativo observado na pesquisa é em relação à renda familiar, que das 889 famílias 87,6% possuem renda entre R\$ 275,00 à R\$ 1100,00, dessas 10,8% possuem renda inferior a R\$ 275,00;64,4% encontram-se entre R\$ 275,00 à R\$800,00; 12,3% entre R\$ 800,00 àR\$1100,00; 9,4% das famílias possuem renda superior àR\$1100,00; dessas apenas 3,3 com mais de R\$ 1400,00.

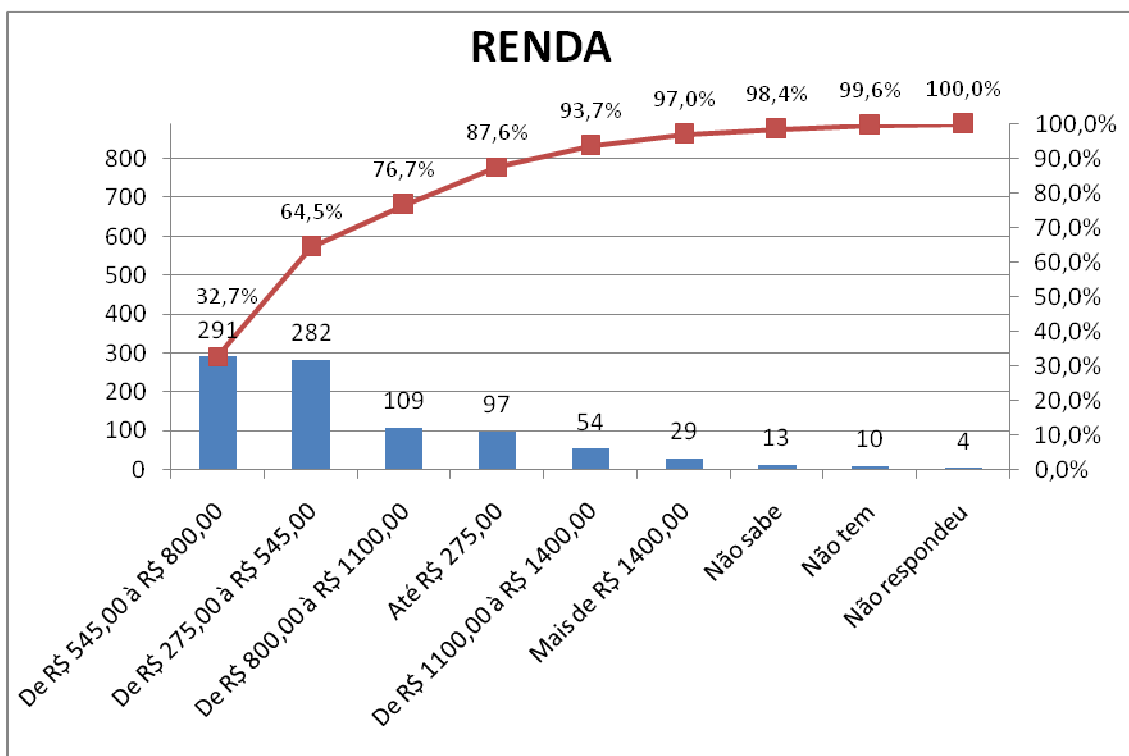


Gráfico 2: Renda

Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias

Organização: NEPEPPS

Observa-se que das 889 famílias entrevistadas 78,7% possuem casa própria; 11,2% cedida por parentes ou amigos; 8,3% são alugadas; 0,9% são financiadas e 0,4% não responderam. Verifica-se que dos 889 domicílios entrevistados, apenas 31,4% das famílias possuem documentação regularizando sua moradia.



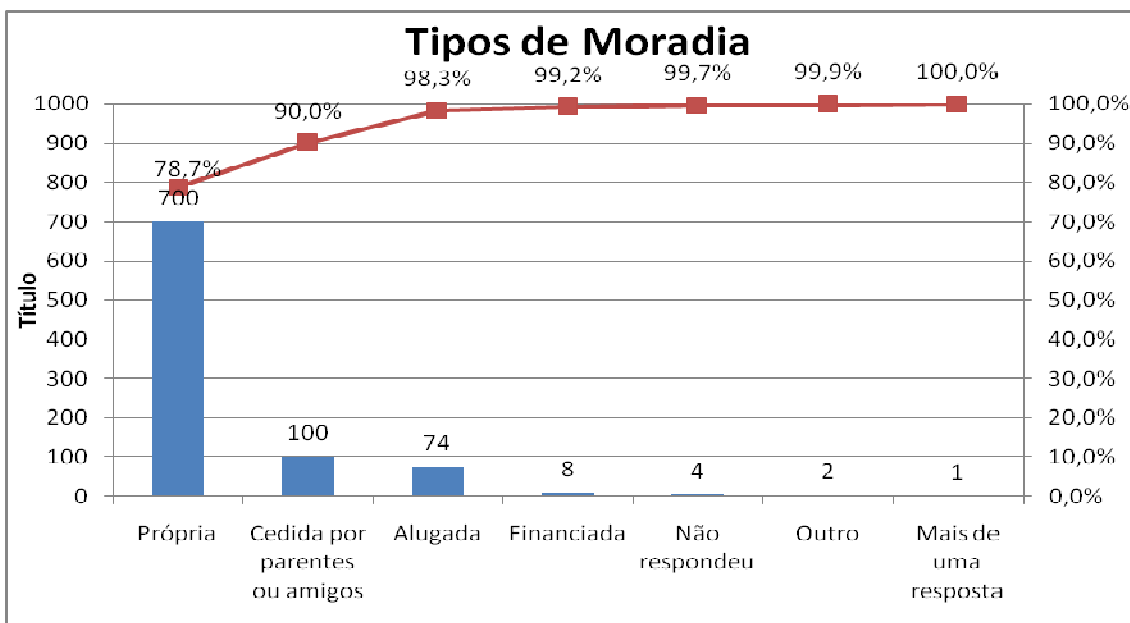


Gráfico 3: Tipos de moradia  
 Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias  
 Organização: NEPEPPS

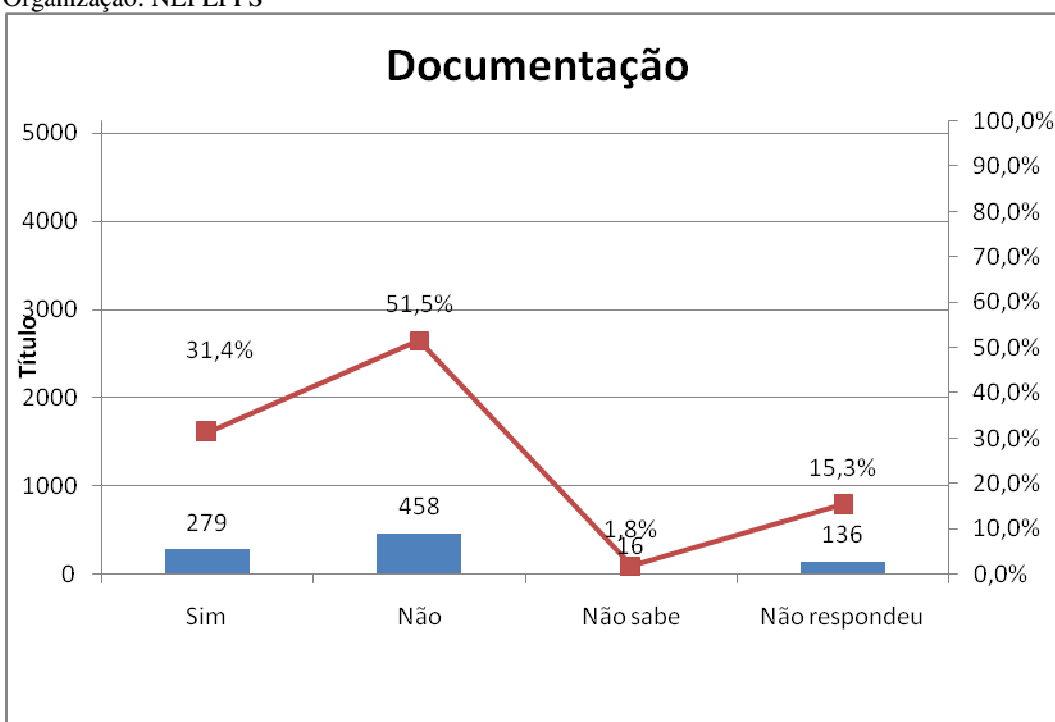


Gráfico 4: Documentação  
 Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias  
 Organização: NEPEPPS

Quanto a características das moradias a maioria é construída em alvenaria, sendo 58,9% com essa característica; 31,8% construídas em madeira, 4,6% em construção mista (madeira e alvenaria); 2,6% em compensado; 1,2% em costaneira.

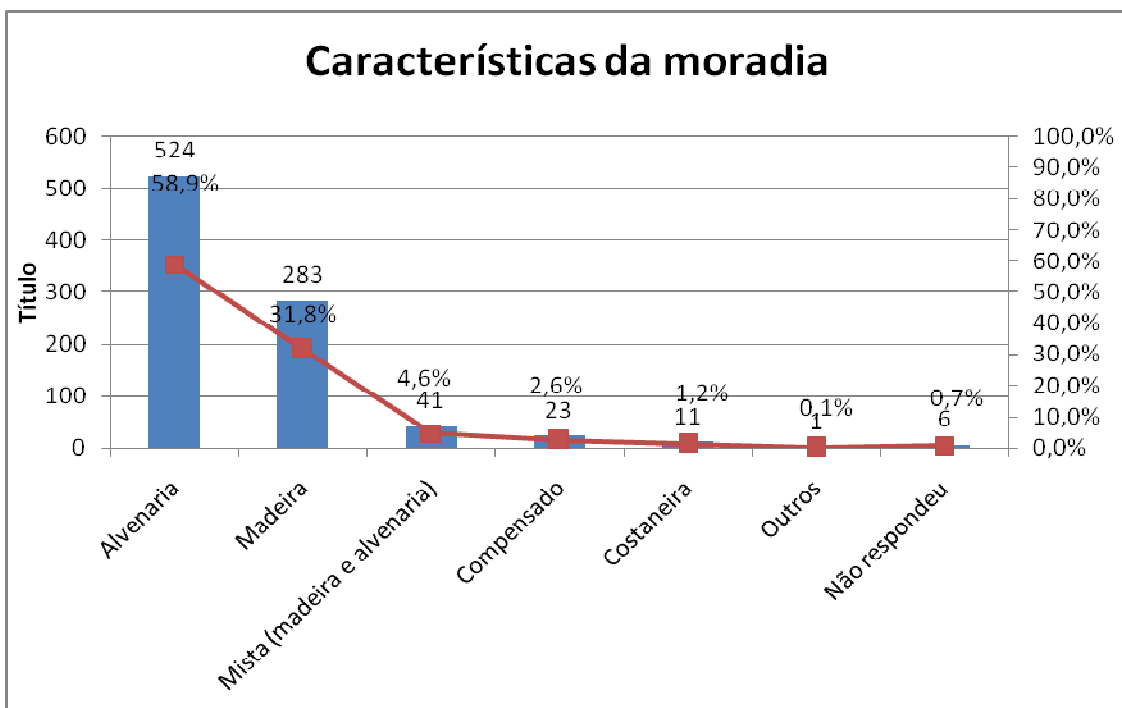


Gráfico 5: Características da moradia  
 Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias  
 Organização: NEPEPPS

Das 889 famílias entrevistadas 82,0% possuem até 5 cômodos, dessas 36,9% possuem moradia com 5 cômodos, 24,0% possuem moradia com 4 cômodos, 15,4% possuem moradia 3 cômodos, 5,5% possuem moradia com 2 cômodos.

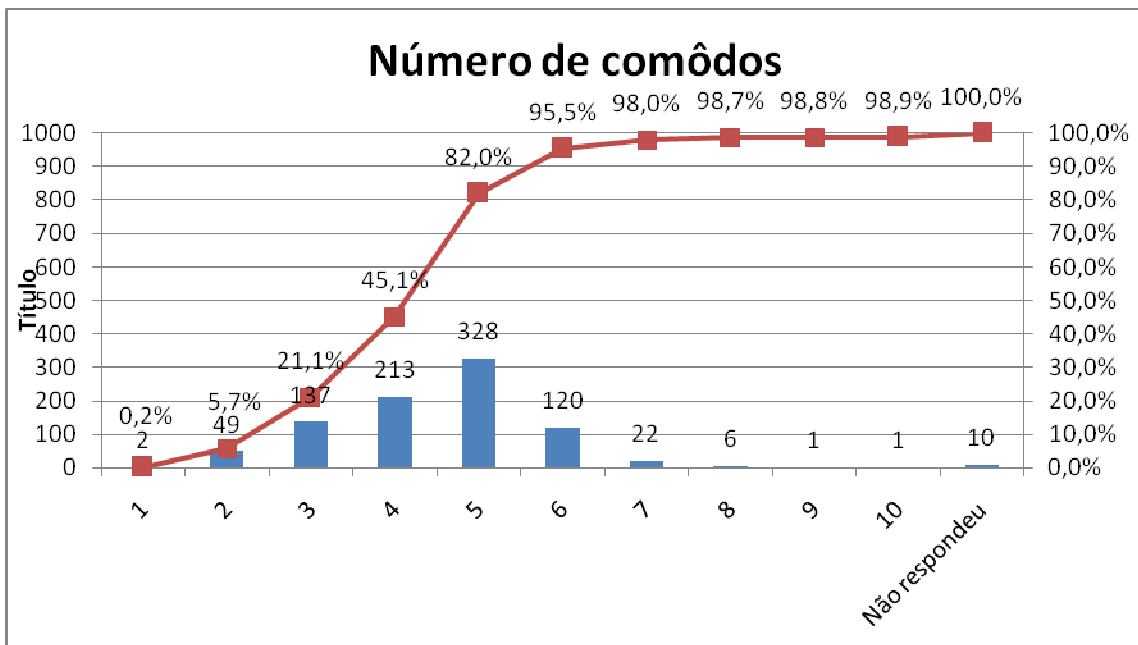


Gráfico 6: Número de cômodos  
 Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias  
 Organização: NEPEPPS

Das 889 famílias entrevistadas 94,3% das famílias informaram que possuem banheiro, sendo que destas: 98,3% possuem 1 banheiro em casa, 1,2% possuem 2 banheiros, 4,7% das famílias não responderam e 1% das famílias não possuem banheiro. Foi informado que 10,0% das famílias possuem casinha externa, o que demonstra que mesmo possuindo banheiro alguns ainda possuem casinha externa.

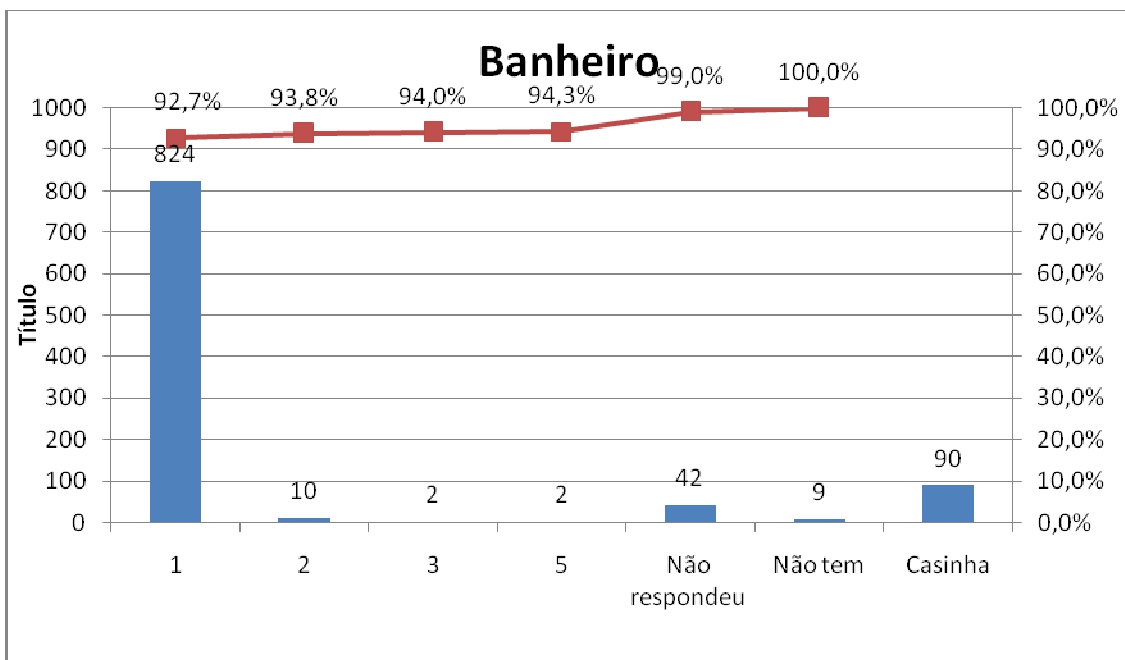


Gráfico 7: Banheiro

Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias

Organização: NEPEPPS

Observa-se que entre as 889 famílias, 66,7% têm como pavimento de suas moradias ruas de terra; 24,9% têm pavimentação asfáltica; 5,5% famílias têm como pavimentação ruas de paralelepípedo; 1,9% estão em carreiros.

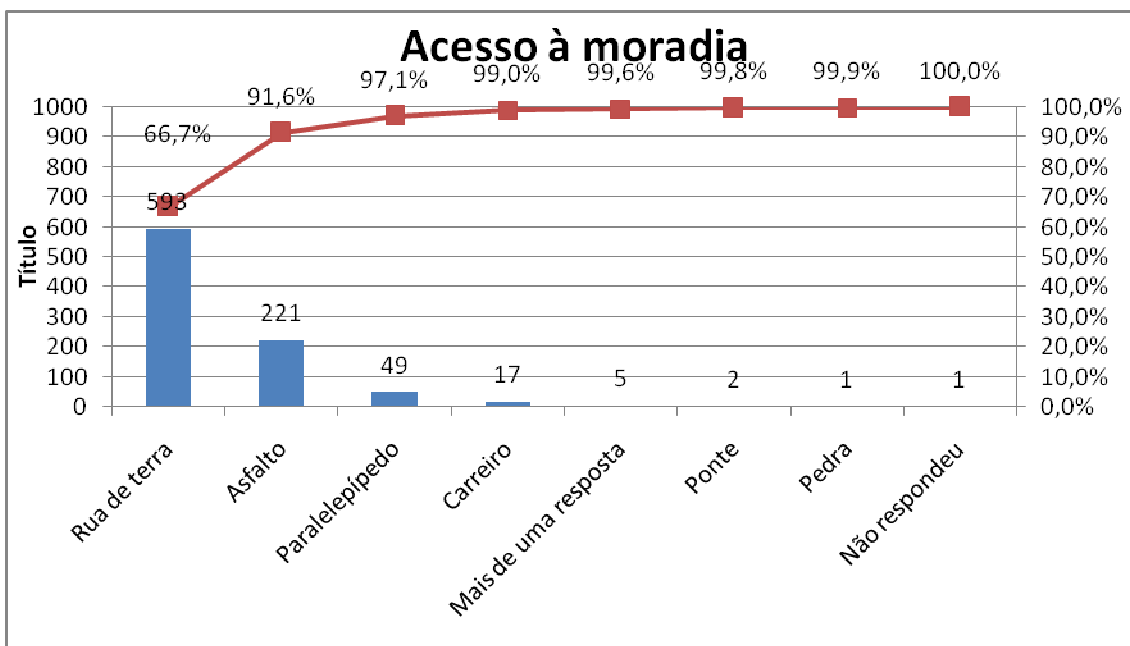


Gráfico 8: Acesso à moradia  
 Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias  
 Organização: NEPEPPS

Em relação ao saneamento básico percebemos que 39,2% possui rede de esgoto, mas 60,8% das residências não possui rede de esgoto e utiliza meios inadequados para o descarte do esgoto, como: 32,2% das famílias despeja o esgoto direto no rio, 21,5% utiliza fossa, 5,2% despeja em céu aberto, entre outros.

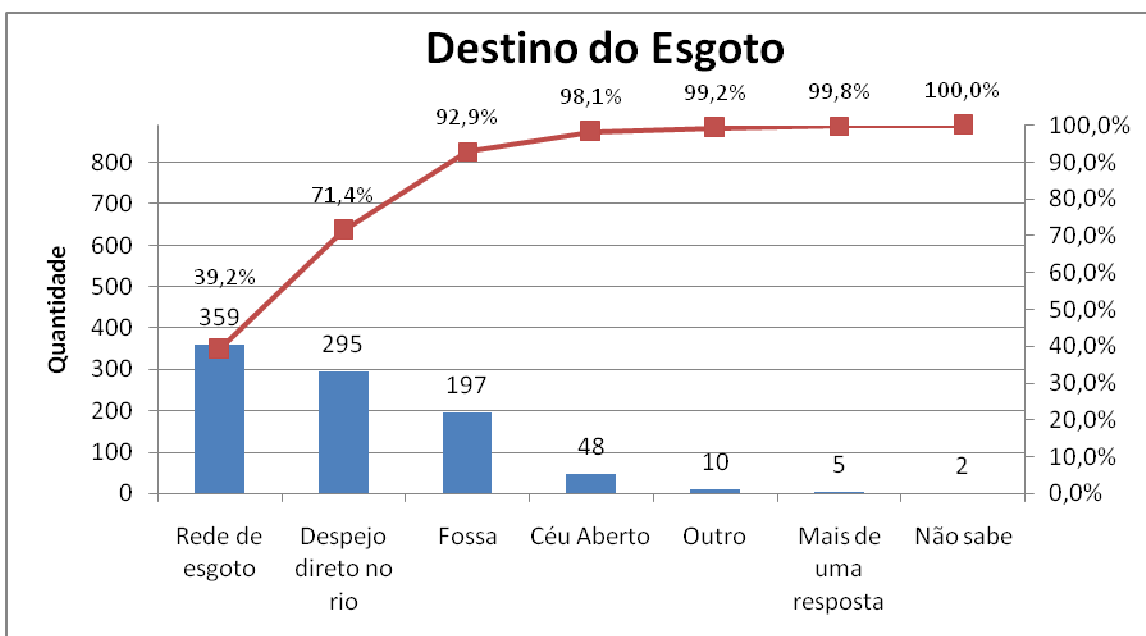


Gráfico 9: Destino do esgoto  
 Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias  
 Organização: NEPEPPS

A maioria das famílias tem acesso a rede de abastecimento de água, 92,5% das moradias recebe água tratada, mas 7,5% das moradias captam água de olho d'água, poço, rio, mina.

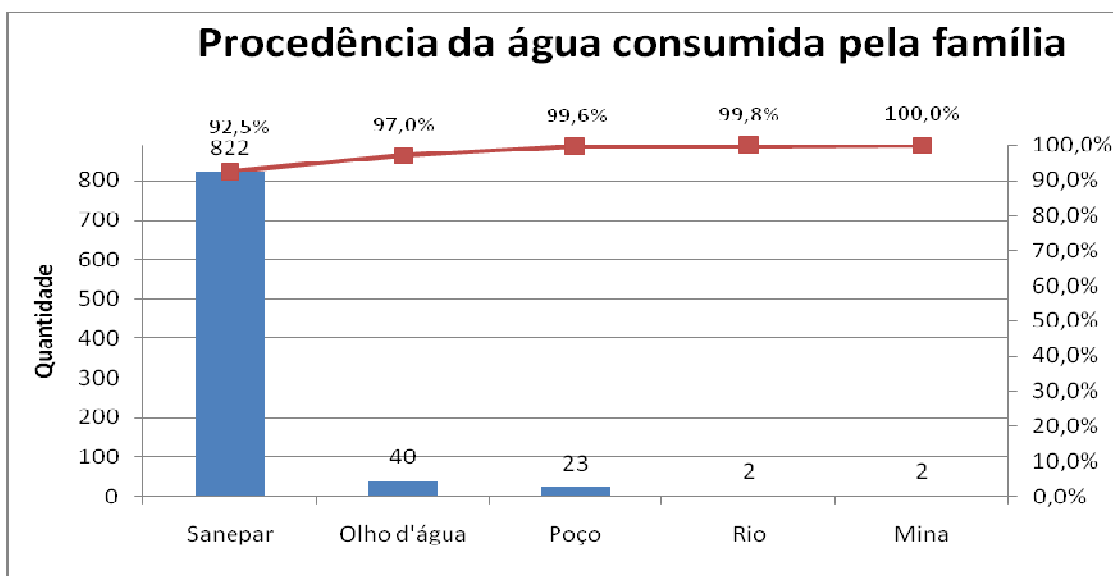


Gráfico 10: Procedência da água consumida pela família

Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias

Organização: NEPEPPS

Os formulários de entrevista levantaram informações sobre as enchentes ocorridas em Sengés, tendo em vista que em janeiro de 2010 o município foi atingido, causando muitos estragos e prejuízos na cidade, tais como: as rodovias de acesso a Sengés foram interditadas, o Município ficou ilhado e sem comunicação, a chuva derrubou postes e a cidade ficou sem energia por algum tempo e o abastecimento de água também ficou comprometido.

Em Sengés foram 223 famílias e cerca de 929 pessoas atingidas em suas casas, o centro comercial também foi atingido pela enchente causando muitos danos aos proprietários e foram registradas cinco mortes pela enchente.

Conforme o relatório da Defesa Civil do Paraná 732 pessoas desalojadas, 120 desabrigadas e 5 pessoas falecidas, considerando como afetadas pela enchentes cerca de 14.035 pessoas. Segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social, aproximadamente 60 famílias perderam suas casas, mas quatro famílias estão recebendo auxílio com aluguel social até o presente momento. Atualmente o município encontra-se em processo de reestruturação.

Das 889 famílias entrevistadas 22% das famílias foram afetadas pela enchente, dessas 55,7% das famílias tiveram suas moradias afetadas, 26,8% tiveram o trabalho afetado pelas enchentes.

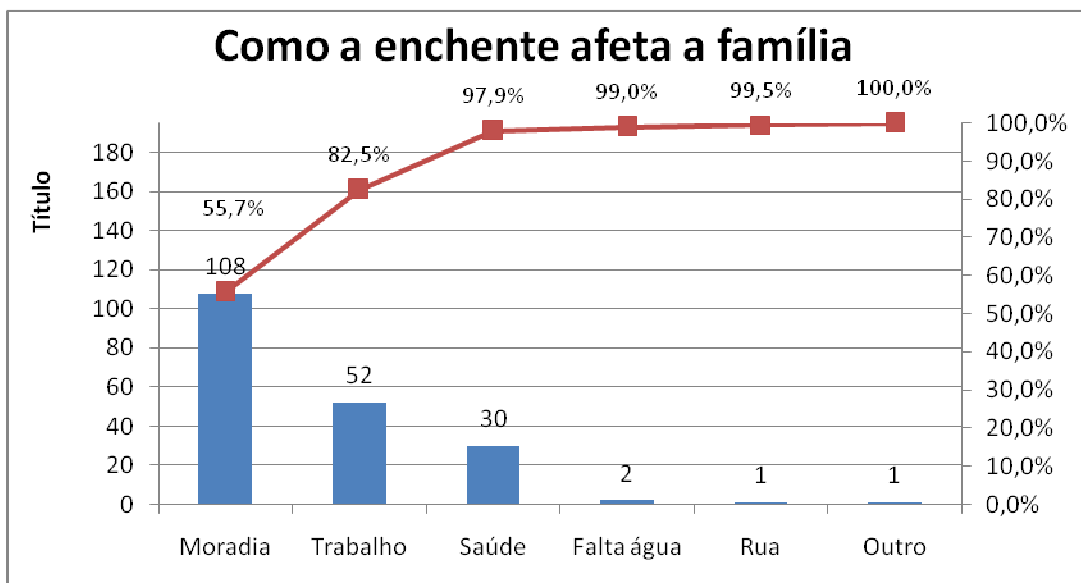


Gráfico 11: Como a enchente afeta a família

Fonte: Diagnóstico das famílias usuárias

Organização: NEPEPPS

O trabalho com famílias e a sistematização dos possibilita a reflexão sobre a realidade das famílias atendidas pela Secretária Municipal de Assistência Social-Sengés-Pr. e a elaboração do diagnóstico municipal.

Tendo em vista esses indicativos, percebemos que as famílias atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social apresentam semelhanças entre elas. São famílias em situação de vulnerabilidade, apresentam baixa renda, que apesar de muitas famílias possuírem casa própria, há muitas em situação de irregularidade, o que causa insegurança.

### Considerações Finais

No âmbito da proteção social, as políticas sociais têm importante papel de “[...] construção das condições de protagonismo e de autonomia das classes subalternas.”(BATTINI e COSTA, 2007, p. 50).. Neste sentido a habitação se constitui importante demanda para garantir segurança à família. A partir da habitação se

estabelecem relações comunitárias e de pertencimento, se garantem, também qualidade de vida e acesso a bens e serviços na rede de serviços socioassistenciais de um dado município.

A pesquisa desenvolvida em Sengés, poderá gerar indicadores em torno da questão habitacional, subsidiando aos gestores das políticas públicas local repensar as ações que possam garantir acesso aos direitos fundamentais dos cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade sócio-econômica.

## Referências

BATTINI, O. e COSTA, L.C. SUAS: conquistas sociais e desafios. In BATTINI, O. (org.). **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. Curitiba: CIPEC; São Paulo: Veras Ed, 2007.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2009. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf> Acesso 10/07/2012.

BRUMES, Karla Rosário. **Cidades: (RE) definindo seus papéis ao longo da história**. Mestranda pela FCT/UNESP - Campus de Presidente Prudente. 2000.

CEPAM. Construindo o Diagnóstico Municipal: uma metodologia. Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal. , 2012. Disponível em

[http://www.cepam.sp.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=381](http://www.cepam.sp.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=381) Acesso em 10/07/2012.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 2003. Disponível em :[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.771.htm)

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. **Habitação**. In. Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais. 2000. Módulo 3. Brasília. UMB. p. 247- 259.

IPARDES, Disponível em:

[http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=84220&btOk=ok](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=84220&btOk=ok) Acesso em 10/07/2012.

IBGE Disponível em:

[http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/habitacao/ocupacao\\_marginal.html](http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/habitacao/ocupacao_marginal.html) Acesso em 10/07/2012.

KALOUSTIAN, S.M. e FERRARI M. Introdução, p. 11-15. In KALOUSTIAN, S. M. (org.). **Família brasileira, a base de tudo**. Ed. Cortez-Unicef, São Paulo-Brasília, 1994.

SANTOS, M. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SENGÉS, 2012.

SPOSITO, Maria da Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização**. 10 ed. São Paulo: Contexto 2000.

NEPEPPS – Núcleo de Estudos e Pesquisas: Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais/UEPG. Pr. **Estudo das condições sócio-econômicas das famílias usuárias da Secretaria Municipal de Assistência Social de Sengés – Paraná** (Protocolo de Pesquisa). 2011.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) 2008-2010. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br> > Acesso: 17 de novembro de 2011.